

# ENTRE A BÍBLIA E A ESPADA

UMA ANÁLISE DA FILOSOFIA E DA TEOLOGIA  
POLÍTICA EM JOÃO CALVINO



GERSON LEITE DE MORAES

# **ENTRE A BÍBLIA E A ESPADA**



Coleção Fundamentos Cristãos, volume 5

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marcel Mendes

EDITORA DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Conselho Editorial

Helena Bonito Pereira (*Presidente*)

José Francisco Siqueira Neto

Leila Figueiredo de Miranda

Luciano Silva

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Moises Ari Zilber

Valter Luís Caldana Júnior

Wilson do Amaral Filho

COLEÇÃO FUNDAMENTOS CRISTÃOS

Diretor: Davi Charles Gomes

# ENTRE A BÍBLIA E A ESPADA

UMA ANÁLISE DA TEOLOGIA POLÍTICA  
EM JOÃO CALVINO E NO CALVINISMO

GERSON LEITE DE MORAES



Editora  
Mackenzie

Copyright © 2014 Gerson Leite de Moraes

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coordenação editorial: Joana Figueiredo

Produção editorial: Andréia Ferreira Cominetti

Capa: Alberto Mateus

Preparação de texto: Carlos Villarruel

Diagramação: Acqua Estúdio Gráfico

Revisão:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

1. ed – São Paulo: Editora Mackenzie, 2014. –

Bibliografia

ISBN:

---

Índices para catálogo sistemático:

Editora Mackenzie  
Rua da Consolação, 930  
Edifício João Calvino,  
São Paulo – SP – CEP 01302-907  
Tel.: (5511) 2114-8774 (editorial)  
editora@mackenzie.br  
www.mackenzie.br/editora.html

Como adquirir os livros:

Livraria Mackenzie  
Campus Higienópolis  
Centro Histórico e Cultural Mackenzie  
Rua Itambé, 135 – Prédio 1  
São Paulo – SP – CEP 01239-001  
Tel.: (5511) 2766-7027  
livraria@mackenzie.br  
Livraria virtual  
www.livraria.mackenzie.br

# Oração a Deus

---

VOLTAIRE, 2000\*

NÃO É MAIS AOS HOMENS que me dirijo, é a ti, Deus de todos os seres, de todos os mundos e de todos os tempos. Se é permitido a frágeis criaturas perdidas na imensidão e imperceptíveis ao resto do universo, ousar te pedir alguma coisa, a ti que tudo criaste, a ti cujos decretos são imutáveis e eternos, digna-te olhar com piedade os erros decorrentes de nossa natureza. Que esses erros não venham a ser nossas calamidades. Não nos deste um coração para nos odiarmos e mãos para nos matarmos. Faz com que nos ajudemos mutuamente a suportar o fardo de uma vida difícil e passageira; que as pequenas diferenças entre as roupas que cobrem nossos corpos diminutos, entre nossas linguagens insuficientes, entre nossos costumes ridículos, entre nossas leis imperfeitas, entre nossas opiniões insensatas, entre nossas condições tão desproporcionadas a nossos olhos e tão iguais diante de ti; que todas essas pequenas nuances que distinguem os átomos chamados homens não sejam sinais de ódio e perseguição; que os que acendem velas em pleno meio-dia para te celebrar suportem os que se contentam com a luz de teu sol; que os que cobrem suas vestes com linho branco para dizer que devemos te amar não detestem os que dizem a mesma coisa sob um manto de lã negra; que seja igual te adorar num jargão formado de uma antiga língua, ou num jargão mais novo; que aqueles cuja roupa é tingida de ver-

melho ou de violeta, que dominam sobre uma pequena porção de um montículo da lama deste mundo e que possuem alguns fragmentos arredondados de certo metal usufruam sem orgulho o que chamam de grandeza e riqueza, e que os outros não os invejem, pois sabes que não há nessas vaidades nem o que invejar, nem do que se orgulhar. Possam todos os homens lembrar-se de que são irmãos! Que abominem a tirania exercida sobre as almas, assim como execram o banditismo que toma pela força o fruto do trabalho e da indústria pacífica! Se os flagelos da guerra são inevitáveis, não nos odiemos, não nos dilaceremos uns aos outros em tempos de paz e empreguemos o instante de nossa existência para abençoar igualmente em mil línguas diversas, do Sião à Califórnia, tua bondade que nos deu esse instante.

# Sumário

INTRODUÇÃO . . . . .	<b>X</b>
1 A filosofia da Baixa Idade Média e as crises religiosas . . . . .	<b>XX</b>
O escolasticismo medieval: disputa entre a via antiqua e a via moderna	
Reacendendo um debate: a filosofia da Baixa Idade Média revisita Pelá- gio e Agostinho	
Lorenzo Valla e as crises do poder espiritual	
2 O humanismo renascentista e a deflagração das reformas . . . . .	<b>XX</b>
As concepções filosóficas do Renascimento	
A Reforma Protestante e a “opção pelos fortes”	
Erasmus e Lutero: livre-arbítrio ou servo-arbítrio? O problema da vontade	
3 O contexto político em que emergiu a Reforma Calvinista . . . . .	<b>XX</b>
A política como um mal necessário	
A antropologia de João Calvino	
Calvinismo e cultura (direito e ciências naturais)	



4 Relendo as Institutas de João Calvino . . . . .	<b>XX</b>
Política e religião em Genebra	
O magistrado civil nas Institutas	
O direito de resistência e o tiranicídio no calvinismo	
Considerações finais . . . . .	<b>XX</b>
Referências . . . . .	<b>XX</b>

# Introdução

---

NESTE LIVRO, APRESENTA-SE uma perspectiva sinóptica sobre a filosofia e a política no pensamento de João Calvino, trazendo a lume questões pouco debatidas no cenário acadêmico brasileiro. A pesquisa empreendida envolveu um grande número de textos sobre um período relativamente vasto, o que exigiu a reunião de um acervo considerável de obras em outros idiomas e tornou as traduções algo corrente neste estudo. Num trabalho como este, é fácil perceber como as áreas do saber necessitam do diálogo constante. Ao longo do livro, será possível verificar o trato com historiadores, teólogos, sociólogos e juristas cujas abordagens são cada vez mais necessárias na construção de qualquer saber atual.

Abordam-se aqui algumas influências filosóficas que possibilitaram a passagem da Idade Média para a Idade Moderna e o modo como elas estiveram presentes nas reformas protestantes, com destaque especial para a luterana e calvinista, as quais remontam a toda uma tradição que vem de Agostinho de Hipona, com o propósito de verificar a construção identitária ideal desses movimentos. Tais debates filosóficos foram fundamentais para as teologias dos reformadores e para suas concepções de mundo e de cultura.

Lutero, em sua concepção do sacramento, permanece ligado à substância. Nele, fala-se de consubstanciação a propósito da Santa Ceia, e o pão e o vinho coexistem com o corpo e o sangue do Salvador. Para Calvino, isso não tem sentido; ele muda radicalmente de perspectiva por sua teoria do signo. A purificação calvinista do cristianismo consiste em extirpar impiedosamente a idolatria, incluindo a liturgia. Praticamente não há arte sacra calvinista – quando há evidentemente uma arte sacra luterana, anglicana, para não dizer da arte sacra católica, e do estilo jesuíta (COTTRET, 2013, p. 2).

Entre a doutrina filosófica da substância, ainda usada por Lutero, e sua recusa quando se trata dos sacramentos em Calvino, podemos constatar a passagem de um mundo essencialista de cunho aristotélico para o campo do sujeito como base do pensamento e da ação, em Calvino, bem de acordo com a crítica do mundo e da língua trazida pelo Renascimento. Outro fator abordado é a singularidade política da Reforma Calvinista em Genebra, local que se transformou no epicentro de uma série de mudanças que abalaram as instituições europeias nos séculos XVI e XVII.

A prática adotada por Calvino em Genebra sempre foi alvo de muitas posições radicais, algumas em prol do reformador e outras que a criticaram como despótica. Propõe-se uma análise dos possíveis erros e acertos de Calvino e como eles foram relevantes para a elaboração da sua posição política, descrita no livro IV das *Institutas da Religião Cristã*. Esse posicionamento foi de fundamental importância para seus discípulos espalhados pelo mundo. As suas propostas marcaram o posicionamento dos seguidores em relação ao Estado, desembocando em teorias político-teológicas como o contratualismo, o federalismo e o tiranicídio presentes nas preocupações dos monarcômacos franceses. Para tal, foi necessário percorrer uma longa caminhada. O livro está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, parto do pressuposto de que a modernidade nasceu sob a forte influência dos debates filosóficos, políticos e religiosos gestados de alguma forma na Baixa Idade Média. Nesse momento, florescem as universidades onde se debateram assuntos que movimen-

taram o ambiente acadêmico e produziram graves consequências no âmbito religioso. O escolasticismo, que floresceu entre 1250 e 1500, com suas derivações – tanto a *via antiqua*, que valorizava o realismo na questão dos universais e que tinha como referências intelectuais São Tomás de Aquino e Duns Scottus, como a *via moderna*, que valorizava o nominalismo em matéria de análise dos universais e tinha como expoentes Guilherme Ockham e Jean Buridan – teve destaque naquele cenário. Num ambiente rico em debates, duas escolas que derivaram do nominalismo reacenderam a polêmica medieval entre Pelágio e Agostinho: a *via moderna* assumiu uma posição pelagiana, e a *schola augustiniana moderna*, uma posição agostiniana. Essa *schola augustiniana moderna* via a natureza humana como fraca, pecadora e impotente, e será importante para os reformadores, especialmente João Calvino. As várias correntes filosóficas da Baixa Idade Média estiveram presentes nas transformações religiosas do século XVI, determinando valores, princípios e ações.

Esses embates filosóficos permitiram o desenvolvimento do humanismo renascentista, e homens como Lorenzo Valla e outros conseguiram, com a filologia e a história, abrir sendas depois ampliadas por Martinho Lutero, João Calvino e Erasmo de Rotterdam.

No segundo capítulo, aponta-se como os debates filosóficos entre os especialistas religiosos foram importantes para deflagrar os movimentos reformistas no século XVI. As questões filosóficas assumiram um ponto central entre os reformadores. Basta lembrar o embate de Lutero com Erasmo por conta do velho problema filosófico da vontade e do livre-arbítrio. A própria terminologia Reforma Protestante talvez necessite ser caracterizada no plural. Ocorreram reformas protestantes, pois os três troncos mais conhecidos do movimento – luterano, calvinista e anglicano – têm em comum algumas questões, mas há também inúmeras diferenças entre si. Além disso, existe uma reforma mais radical, ligada ao movimento anabatista, com participação decisiva na construção identitária das outras reformas. A secularização/desencaamento do mundo é uma conquista das reformas protestantes, porque

estas acabaram com o monopólio católico na experiência da fé cristã. Tal binômio, no entanto, tornou-se perigoso para os próprios reformadores, que viram no flanco aberto interesses que ameaçariam a visão religiosa do mundo e de sua ordem.

É nesse ambiente movimentado religiosamente, em que se cruzavam alvos políticos, sociais e econômicos, que destaco a figura de João Calvino. No terceiro capítulo, analisa-se a atividade de Calvino na organização administrativa de Genebra, nos períodos de 1536 a 1538, inicialmente, e depois de 1541 até sua morte, os quais foram usados como fio condutor das temáticas exploradas na obra de Calvino. É possível dizer que aquela urbe virou um paradigma da “cidade dos homens”, retomando os conceitos agostinianos que fundamentaram teoricamente o reformador. Aliás, a doutrina dos dois reinos ainda hoje gera uma série de discussões no âmbito político. Carl Schmitt (2006b, p. 136-137), jurista autoritário e católico conservador, assim se refere ao tema:

A doutrina agostiniana dos dois reinos diferentes irá, até os dias atuais, sempre estar, novamente, diante desse duplo ponto da questão aberta: *Quis iudicabit? Quis interpretabitur?* Quem decide a questão, *in concreto*, pela pessoa atuante em autonomia própria da criatura sobre o que seja espiritual e terrenal e como se age com o *res mixtae* que perfaz, no ínterim entre a vinda e o retorno do Senhor, toda existência terrena deste ser duplo espiritual-terrenal, espiritual-temporal chamado *pessoa*?

A citação de Schmitt (2006b), é evidente, não tem como fim estabelecer vínculos com os protestantes. Ele mesmo veria em tal aproximação algo indesejável, já que, segundo seus mestres Donoso Cortés e Joseph De Maistre, o protestantismo é o primeiro passo para a perda do poder estatal, com a corrosão da autoridade iniciada por Lutero. Importa notar, no entanto, que a clivagem entre a cidade divina e a dos homens é mantida no debate teológico e político da modernidade. Calvino, por seu lado, almejava organizar Genebra e transformá-la em padrão moral segundo uma leitura bíblica. Assim, ele precisa estabele-

cer leis claras de comportamento para acomodar a existência de homens afetados pelo pecado, mas que lutavam contra suas inclinações ao mal. Tal refúgio é o papel que Genebra representou para o movimento religioso reformado. Isso também indica qual antropologia fundamenta as ações de Calvino. Herdeiro da tradição que remonta ao apóstolo Paulo, somado aos contornos filosóficos de Agostinho, ele reconhece que o mal e seus efeitos representam uma realidade entre os homens. O seu trabalho teológico desemboca na discussão sobre a melhor forma de organizar os homens em sociedade e como os indivíduos deveriam se relacionar com o poder instituído. Ainda no capítulo terceiro, aponta-se como o pensamento calvinista se transforma numa cosmovisão poderosa que marcou a cultura ocidental no direito e nas ciências naturais.

No quarto e derradeiro capítulo, o foco está voltado para as *Institutas da Religião Cristã*, obra que consagrou Calvino como um dos pilares da modernidade. No entanto, foi necessário avaliar como se configurou o vínculo entre política e religião em Genebra, o que exigiu uma análise mais aprofundada dos casos que envolveram a participação direta de Calvino, como a morte de Miguel de Servetus. Outro elemento analisado foi a concepção de governo civil em João Calvino, no livro IV das *Institutas*, em que ele destaca o papel da política, moral, guerra e tirania, e os meios para construir a paz entre os homens. Como sequência, analisam-se as obras dos principais calvinistas do século XVI, que fomentaram o direito de resistência, o contratualismo, o federalismo e o tiranicídio. O termo “calvinista” inicialmente era bastante pejorativo, como afirma Bernard Cottret (2013, p.2):

O calvinismo é uma construção dogmática que eu distinguiria da fé viva de Calvino. Muitos protestantes calvinistas preferem dizerem-se reformados para não incorrer na censura de idolatria. Um bom calvinista não deveria dizer-se “calvinista”, e, em sua origem, o calvinismo é uma invenção de luteranos da segunda ou terceira geração, *hostis à teologia de Calvino*, em particular sobre as questões eucarísticas.

Todavia, a designação foi usada aqui para denotar os “discípulos” de João Calvino, entre eles François Hotman, que deixaram obras relevantes para a filosofia política. Este estudo tem como escopo indicar que, mesmo numa época como a nossa, quando a intolerância religiosa se transforma numa regra e promove guerras em nome de crenças, retornar ao passado e analisar os fundamentos da constituição do Estado moderno é de fundamental importância para perceber que a religião e a política precisam estabelecer diálogos profícuos e constantes para que um não tenha domínio sobre o outro, mas que, por meio do diálogo e da racionalidade, esses atores tão importantes da modernidade possam proporcionar a convivência de fiéis e não fiéis no mesmo espaço público, sendo guiados por leis claras e justas, que respeitem os direitos dos homens, conquistados mediante muitas lutas ao longo da história.